



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
Escola Paulista de Contas Públicas

ORIENTAÇÃO SOBRE OS CUIDADOS DE INÍCIO DE MANDATO

O que precisa ser feito

LIVE pelo canal da EPCP no YouTube: streaming.tce.sp.gov.br/lives

**Haverá emissão de certificado aos participantes on-line.
(mais informações no fim desta programação)**

Público-alvo: Prefeitos e equipes de governo – Mandato 2025/2028

Data: 21/01/2025
Horário das **10h às 12h**

ABERTURA

RENATO MARTINS COSTA
Presidente do TCESP

INSTRUTORES

TÉCNICOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1) **ABERTURA – Presidente do TCESP**
- 2) Noção geral das competências e atribuições do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Jurisdição, composição, localização, missão pedagógica, transparência (painéis).
 - a. **IEGM – Dimensões mensuradas. Ponto de atenção ao I-Plan (Planejamento);**
 - b. **Planejamento Estratégico: Ações voltadas aos jurisdicionados.**
- 3) Início de mandato: O que o gestor precisa saber

FINANÇAS E PATRIMÔNIO

- a. Balanço da situação orçamentária, financeira, patrimonial: Quais receitas, despesas, programas e ações aprovadas na LOA, LDO e PPA para o ano de 2025; Montante da Dívida de Longo Prazo (Consolidada) e dos Restos a Pagar (Curto Prazo); Fluxo de Caixa para o exercício (Quanto há de superávit financeiro para o pagamento das despesas orçamentárias e dos restos a pagar);
- b. Regularidade Fiscal e Previdenciária:
 - i. Está em dia com os tributos federais?
 - ii. Certificado de Regularidade Previdenciária – Municípios que tem Regime Próprio de Previdência
- c. Municípios com Regime Próprio de Previdência: Como estão os recolhimentos normais? E o déficit Atuarial e Financeiro?
- d. Obrigações de prestações de contas em dia?
 - i. Com o Governo Federal:
 1. Prestação de Contas ao Governo Federal: Transferegov, Siops, Siope, Siconfi.... (*Ausência de prestação de contas poderá inserir o município no CAUC e impedir a realização de convênios federais*) – Relatórios fiscais.
 2. Prestação de Contas ao Governo Estadual: Repasses recebidos conforme orientações específicas das respectivas Secretarias
 3. Prestação de Contas ao TCESP: Sistema Audesp, IEGM, IEGPrev.
 - e. Inventário físico e patrimonial: Bens móveis, imóveis, materiais de almoxarifado;
 - f. Ações judiciais em andamento, se possível, classificadas segundo o grau de risco de perdas judiciais;
 - g. Relação de contratos em andamento com os prazos de vigência;
 - h. Relação de licitações em andamento.

4) MAPA DA DÍVIDA ATIVA – TRANSPARÊNCIA E BOAS PRÁTICAS

- a. [Manual de Boas Práticas](#);
- b. [Painel da Dívida Ativa](#);

- c. Processos de Execuções Fiscais: Atenção à Resolução do CNJ 547, de 22.2.2024 (medidas de tratamento racional e eficiente na tramitação das execuções fiscais pendentes no Poder Judiciário, a partir do julgamento do tema 1184 da repercussão geral pelo STF);
- d. Ações do TCESP

5) **PLANEJAMENTO:** A partir de 1.1.2025, o que há por fazer?

- a. Lei de Diretrizes para o exercício de 2026 (Até abril)
- b. PPA do próximo quadriênio – 2026/2029
- c. PCA – Plano de Contratação Anual para orientar a elaboração da LOA 2026
(Elaboração dos documentos de formalização de demanda – DFD)
- d. LOA 2026

Obs.: Para fins da LDO, os programas e ações previstos no PPA 2026/2029 poderão ser priorizados na Lei Orçamentária Anual/2026.

Contexto: Nesse contexto de planejamento, as “promessas de campanhas”, “projetos políticos”, “projeto de governo” ou políticas públicas serão conjugados e harmonizados nos instrumentos de planejamento citados, sem prejuízo de alinhamento com os planos municipais (saúde, assistência social, idoso, educação, turismo), plano diretor.

COMPRAS PÚBLICAS

- 1) Marco Legal das Compras Públicas – Nova Lei de Licitações – Lei Federal nº 14.133/21
 - a. Gestão de competências: Agente de Contratações, Segregação de Funções, Capacitação dos servidores;
 - b. Planejamento: Dever de planejar; Elaboração do Plano Anual de Contratações como elemento integrante e norteador da Lei Orçamentária Anual;
 - c. Gestão de Riscos: Obrigatório no Estudo Técnico Preliminar – ETP; Três linhas de defesas (gestão);
 - d. Modernização – Tecnologia – Pregão Eletrônico é a regra, presencial deve ser justificado;

e. Transparência: Exigência de divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP do Governo Federal.

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS PELO TERCEIRO SETOR

- 1) Decisão de execução de serviços públicos por meio de entidades do terceiro setor:
 - a. Estudo preliminar
 - b. Justificativas
 - c. Chamamento Público
 - d. Plano de Trabalho: A importância de definição clara e precisa do objeto a ser executado: Metas quantitativas e Metas Qualitativas, Indicadores dos ajustes. Definição dos critérios de rateio e alocação dos custos indiretos.
 - e. Avaliação e Monitoramento
 - f. Transparência
 - g. Prestação de Contas

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

- 1) Controle Interno
 - a. Controle interno estruturado nas três linhas de Gestão, tendo a terceira linha a Controladoria ou Auditoria Interna Governamental reportando diretamente ao Prefeito.
 - b. Perfil técnico, formação acadêmica e experiência profissional apropriada para a designação do titular da controladoria ou auditoria interna.

TRANSPARÊNCIA

- 1) Transparência Pública e Acesso à Informação: Transparência é Regra, Sigilo a exceção: Lei de Transparência Fiscal, Lei de Acesso à Informação, SIC, Canal de Ouvidoria aos Usuários de Serviços Públicos;
- 2) Participação de Conselhos Sociais (Educação, FUNDEB, Saúde....);
- 3) Atenção à Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

O evento promove os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): ODS 16 - Paz, Justiça e instituições eficazes

EMISSÃO DE CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

Para emitir o certificado é necessário entrar no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Escola Paulista de Contas Públicas e acessar a página do evento.

Link do evento no AVA: <https://ead.tce.sp.gov.br/moodle/course/view.php?id=933>

Instruções para a emissão de certificado: <https://bit.ly/4cRjy3n>

Participantes on-line: No fim da transmissão será disponibilizado um formulário de avaliação no AVA, que deverá ser obrigatoriamente preenchido para liberar o certificado de participação correspondente ao evento avaliado. Esse formulário ficará disponível até as 23h00 do mesmo dia do evento. Após esse período não será mais possível respondê-lo.

Mais instruções serão disponibilizadas no chat da transmissão.